

**ROMANCE IMPERIALISTA E
POPULARIZAÇÃO DA
REPRESENTAÇÃO DO
ESPAÇO GEOGRÁFICO
COMO TERRITÓRIO EXÓTICO**

**THE IMPERIALIST NOVELS
AND THE POPULARIZATION
OF THE GEOGRAPHIC SPACE
REPRESENTATION AS AN
EXOTIC TERRITORY**

LORENA BEGHETTO

Mestre em História Contemporânea
lorenabeghetto@hotmail.com





RESUMO

Esta comunicação tem como tema central determinar como a visão imperialista sobre as colônias, transmitidas pelos romances de aventuras europeus, publicados durante o século XIX e início do XX, corresponde aos interesses de dominação e exploração de territórios “não civilizados” – defendidos por seus colonizadores – com base nas considerações teórico-metodológicas contidas nos estudos de Edward Said e Franco Moretti. Dessa forma, serão delimitadas a origem e as características gerais dessa literatura, destacando o olhar europeu sobre as fronteiras coloniais, dentro de diferentes cenários (como o rio e a selva), devidamente representados em obras literárias clássicas do gênero.

Palavras-chave: imperialismo, romance de aventura, território exótico.





ABSTRACT

The central theme of this communication tries to determine how the imperialist vision of its colonies, presented throughout the European adventures novels published during the nineteenth century, represented the interests of domination and exploitation of “not civilized” territories — as supported by their colonizers — from the theoretical considerations methodologies contained in the studies of Edward W. Said and Franco Moretti. Thus, we will seek to define the origin and general characteristics of this literature; highlighting the look on the European colonial borders in different scenarios (like the river and the jungle), duly represented in literary classic of the genre.

Keywords: imperialism, adventure novel, exotic territory.



Não é possível desvincular a palavra “aventura” de ideias como liberdade, fuga do cotidiano, viagem para conhecer novos lugares pelo mundo, arriscar-se, expor-se a perigos muitas vezes inimagináveis, entrar em contato com o desconhecido e com o inesperado. E, em função da rotina proporcionada pelo mundo do trabalho na vida das pessoas, restando pouco tempo livre para o lazer, a aventura passou a ocupar, para as grandes massas da população, um importante posto no âmbito do entretenimento. Parques temáticos, histórias em quadrinhos, obras literárias, filmes, séries televisivas e jogos de videogame remetem aos clássicos referenciais desse gênero: a penetração da selva, a ocupação do oeste norte-americano e as viagens aos lugares desconhecidos e exóticos. Para uma rápida constatação, em qualquer parque temático relativamente grande, sempre há algum brinquedo que remeta a uma selva pronta para ser explorada e a um zoológico com animais perigosos, além do bar de uma cidade do velho oeste. Nos cinemas, esse imaginário movimenta fortunas e ainda leva milhares de espectadores, em todo o mundo, às salas de exibição, para assistir a filmes da série *Indiana Jones*¹ ou *Os piratas do Caribe*.²

O foco deste trabalho é a literatura. Não se pretende tratar aqui dos grandes cânones literários, infinitamente estudados pelas academias; mas da paraliteratura³, ou seja, textos associados principalmente à leitura de entretenimento, bem recebidos por seu público, porque repetem formas e conteúdos já conhecidos e assimilados pelos leitores.

Ao contrário do que os círculos acadêmicos mais tradicionais pregam, o fato de a paraliteratura não ser associada aos grandes cânones literários não quer dizer que esse material não mereça uma reflexão apurada por parte dos intelectuais. Junto dessas narrativas existe uma des-

¹ Série de filmes dirigida por Steven Spielberg e protagonizada por Harrison Ford. A personagem principal é um explorador de relíquias históricas. Nas horas vagas, o herói é professor universitário de Arqueologia e participa de uma série de aventuras por todo o mundo com o objetivo de proteger objetos sagrados da ganância de saqueadores e de membros dos grandes regimes totalitários contemporâneos.

² Série de filmes dirigidos por Gore Verbinski e protagonizados por Johnny Deep. A série inspirou-se em um popular parque de diversões homônimo da Disney. O enredo dos filmes basicamente trata das aventuras de piratas lutando contra o Império Britânico pelo domínio dos mares.

³ Quanto ao conceito e ao debate acadêmico sobre a paraliteratura, ver PINTO-CORREIA, João David. *Paraliteratura: da ação ao sentimento*. In: RÊGO, Manuela; CASTELO-BRANCO, Miguel. **Antes das playstations**: 200 anos do romance de aventuras em Portugal. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

crição detalhada de lugares, pessoas, valores, comportamentos e atitudes, ora apreciadas, ora menosprezadas, as quais são ricas fontes de informações sobre o imaginário da sociedade em que foi escrita. Uma vez que essas histórias agradam ao grande público, significa que os conteúdos transmitidos correspondem aos interesses e aos posicionamentos de seus leitores.

As bases dos romances de aventura remetem-se aos folhetins jornalísticos e aos romances de “capa e espada”, produzidos no século XVIII, ambos ancorados em uma tradição literária europeia, que, com a exaltação viril, cultuava heróis em romances de cavalaria, ao mesmo tempo em que convivia, “[...] na literatura picaresca, em culto paródico do anti-herói heroico, transgressor e desafiador de uma ordem que o rejeita, mas que acaba por acolhê-lo pela sua excentricidade insistente.” (RÊGO; CASTELO-BRANCO, 2003). Com esses antecedentes, a literatura de aventura tem sua origem propriamente dita ainda no século XVIII, com a publicação das obras *Robinson Crusoé*, de Daniel Defoe, e de *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, ganhando sua máxima expressão nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, com a publicação dos romances de Robert Louis Stevenson, Jules Verne, Emílio Salgari, Henry Rider Haggard, entre outros.

De todos os temas que a literatura de aventura aborda, interessam particularmente as obras produzidas durante o período conhecido como imperialismo europeu, ocorrido entre o final século XIX e início do século XX, por caracterizar-se, quase exclusivamente, em relatar experiências individuais europeias realizadas nas regiões geográficas ainda inexploradas pelo homem branco. Nesse período, o romance de aventuras transforma a terra e os espaços distantes e desconhecidos dela, em seu tema central, protagonizado por jovens que testam seus limites para alcançar um objetivo. Na conquista por tesouros, relíquias históricas ou descobrimento de espetáculos naturais, o protagonista enfrenta uma série de obstáculos capazes de agregar ao herói a coragem e a bravura, valorizando ao mesmo tempo a singularidade da meta a ser alcançada.

A maioria dessas obras apresenta algumas características fundamentais: a necessidade de viajar até um lugar remoto, muitas vezes impreciso geograficamente, em uma região onde a natureza não foi devidamente explorada e conhecida, percorrendo um caminho repleto de perigos, sempre com o objetivo de conquistar algum benefício, seja material ou moral. Exemplos não faltam: *Kim*, *As minas do rei Salomão*, *O livro da selva*, *Tintin*, *As quatro penas brancas*, etc.

O requisito fundamental de qualquer aventura é afastar-se não só da Europa Ocidental como também de qualquer lugar que apresente referências à civilização. A aventura sempre esteve associada ao risco. Por isso, ao contrário do mundo burguês e urbano, em que as ações cotidianas podem ser previsíveis, o distanciamento das normas sociais, ocorrido nos confins do planeta, oferece aos personagens a plena liberdade para desfrutar de qualquer experiência em um lugar onde não há regras.

Todas essas particularidades convergem para a constatação mais comumente feita pelos pesquisadores da cultura imperialista: associar a literatura de aventura como um meio de difusão de valores imperialistas e coloniais entre a juventude leitora de suas obras. Uma das razões pelos quais tal fato se tenha sucedido, no caso francês, foi pela associação dos primeiros aventureiros, inspiradores de vários personagens dos romances de aventuras, às práticas coloniais francesas. As histórias de aventuras valorizavam a participação no sistema colonial em narrativas em que os personagens encontravam o triunfo pessoal quando participavam do avanço e das conquistas do império, justificando e, ao mesmo tempo, atraindo mais entusiastas à causa imperialista.

Franco Moretti (2003) percebe tanto o apoio ao imperialismo quanto a depreciação do colonizado ao buscar compreender as relações da literatura no espaço. O autor mapeia a natureza espacial das formas literárias e o domínio simbólico em que o enredo se organiza. Dessa forma, registra tanto o percurso em que os personagens de diversos romances europeus percorrem na África como analisa a linearidade do enredo, no qual não há qualquer possibilidade para que o personagem se desvie de seu caminho prescrito. Seja iniciando em um porto ou entreposto comercial ao longo da costa ou coincidindo com o mesmo lugar onde se iniciou a conquista europeia, o enredo só tem um sentido: o homem branco deve seguir, com o auxílio de um guia, um velho mapa, e(ou) da tecnologia ocidental, atrás da conquista de um objetivo. Os únicos obstáculos são os antagonistas:

[...] leões, calor, vegetação, elefantes, moscas, chuvas, doenças – e nativos. Todos misturados e, no fundo, todos intercambiáveis em sua função de obstáculos: todos igualmente desconhecidos e ameaçadores. Confusão desdenhosa do natural e do humano, que expressa a mensagem final dos romances coloniais: os africanos são animais. (MORETTI, 2003, p. 70).

Diante dos perigos só existem duas opções: seguir adiante ou voltar. Se o percurso é vencido, no final da viagem,

[...] não encontramos matérias-primas, ou marfim, ou seres humanos para serem escravizados. Em lugar dessas realidades prosaicas, uma entidade de conto de fadas – um tesouro – em que os lucros sangrentos da aventura colonial são sublimados em um objeto quase auto-referencial, estético: pedras limpas, brilhantes (como em as minas do rei Salomão). Ou então um amante enigmático: uma espécie de Drácula da floresta, que em dois textos muito populares (She, Atlantide), é realmente um ser sobrenatural. Ou, ainda, e mais tipicamente, no final da viagem está a figura do Europeu Perdido, que, em retrospecto, justifica a história inteira como um caso de legítima defesa. O Congo, o Haggar, a África Central, a terra dos zulus, os postos avançados do Saara: nesse continente onde abundam os prisioneiros que anseiam ser libertados, a conquista ocidental pode ser reescrita como uma genuína liberação, com uma inversão de papéis que é possivelmente o maior truque da imaginação colonial. (MORETTI, 2003, p. 73).

Além da literatura, o interesse por questões geográficas (territoriais e culturais) se materializava em todos os âmbitos da sociedade, correspondendo diretamente aos pressupostos do imperialismo europeu no Continente Africano e no Asiático.

É interessante lembrar que, desde o século XVIII, tanto na Inglaterra como na França, houve um crescente interesse na aquisição de mapas pela aristocracia e pela burguesia urbana letrada. A posse de atlas, mapas e globos em bibliotecas particulares era um símbolo de *status* e de luxo. Os mapas

[...] estavam em todos os lugares: nas vitrines das gráficas, nas salas de aula, nos cafés, em jornais, emoldurados nas paredes das casas e impressos em *atlas*, nas bibliotecas particulares. Decoravam os móveis, os baralhos, os jogos de tabuleiro, os leques das senhoras e as canecas de café. Estavam ao alcance inclusive dos analfabetos. (PEDLEY, 2007, p. 16).

A maciça presença dos mapas no cotidiano do cidadão médio europeu despertava tanto o interesse por mapear todos os territórios do globo como a curiosidade para conhecer e explorar as possíveis riquezas das regiões ainda intocadas pelo homem branco, representadas cartograficamente pelos espaços vazios. Permitiam acompanhar tanto os conflitos militares dentro da Europa como o resultado das explorações e do comércio em terras até então desconhecidas.

Mapas delineavam e formavam na mente europeia os contornos e os terrenos de suas colônias no exterior assim como terras e territórios perto de casa. Eles providenciaram ao usuário um estímulo para investir no colonialismo crescente e o espírito de aventura prevaleceu na Inglaterra e França. (PEDLEY, 2007, p. 23).

Ao lado dos mapas e dos romances, diversas obras da cultura e da arte europeia sustentaram e consolidaram a prática colonial e imperial por meio de referências constantes à geografia e à expansão europeia em outros continentes. Tais referências muitas vezes não são diretas, aparecendo apenas quando os autores fazem pequenas citações às colônias ultramarinas ou a viagens feitas pelos personagens a regiões distantes ou periféricas, subordinadas aos interesses europeus.

E com essas referências meticulosamente mantidas vêm atitudes – sobre o domínio, o controle, o lucro, a ascensão e as conveniências – que crescem com uma força assombrosa do século XVII até o final do XIX. Essas estruturas não surgem de algum desígnio preexistente (semiconspiratório) então manipulados pelos escritores, mas estão ligadas ao desenvolvimento da identidade cultural britânica, como essa identidade imagina a si mesma num mundo concebido em termos geográficos. Podemos ver estruturas similares nas culturas francesa e americana, crescendo por razões diversas e obviamente de maneiras diferentes. (SAID, 1995, p. 88-89).

As referências anteriores ao imperialismo já alimentavam o imaginário europeu de superioridade em relação ao outro e da valorização espacial e territorial ao destacar a importância da pátria e do lar, o bom comportamento e os valores morais dos seus cidadãos. Com o imperialismo, a superioridade europeia foi reforçada, ao apresentar seres humanos exóticos, suficientemente para despertar a curiosidade dos olhos ocidentais.

A conquista de novos territórios foi o objetivo central do imperialismo do século XIX. A política movida pelo lucro foi o resultado do crescimento econômico e industrial da burguesia europeia, a qual, interessada em aumentar infinitamente seus ganhos, passou a investir recursos financeiros em outras regiões distantes de seus países de origem. Para efetivar sua empresa e não perder seus investimentos, a burguesia conseguiu todo o apoio militar e humano necessário de seus governos que passaram governar terras já habitadas por povos nativos, tornando comum o uso da violência.

Ao invés de anexar territórios e assimilar a população conquistada, os imperialistas faziam questão de manter e reforçar um distanciamento, pois em hipótese alguma consideravam cidadãos, com direitos iguais, africanos e asiáticos, já rotulados como seres inferiores. Esse imaginário, extremamente difundido em todos os grupos sociais e em todos os meios culturais, estava ancorado na valorização da expansão por amor à expansão, na disseminação do racismo e na afirmação da superioridade europeia, tanto intelectual como biologicamente, em relação aos povos colonizados.

Quanto ao espaço propriamente dito – não só a literatura, mas também os relatos dos viajantes e dos participantes ativos do sistema imperial – traziam histórias de pessoas interessadas em conhecer regiões em branco ou vazias nos mapas ou mesmo dispostas a trabalhar pelo império, tanto para enriquecer como em nome de iniciativas humanistas de controle, agindo com o objetivo de levar a civilização aos povos atrasados. Entretanto, em hipótese alguma percebiam suas ações como imperialistas, dominadoras e violentas.

De Decca, ao se debruçar sobre as lendas criadas pela literatura para reforçar os valores imperialistas, informa que a visão que os literatos europeus tinham em relação à natureza selvagem e ao meio ambiente transmitida em suas obras é na verdade uma grande metáfora da cidade e dos valores urbanos. Destaca como exemplo dois textos: *Mogli*, de Kipling, e *Coração da treva*, de Conrad.

No primeiro, Mogli aprende que para viver bem na selva é necessário seguir uma série de leis, muito semelhantes às leis hobbesianas do mundo burguês. O pequeno lobo deve obedecer ao grupo, pois é na união e na submissão de todos ao bem comum que está a força.

No terceiro capítulo “Como aprender o medo, encontramos o enunciado da lei da selva: “A lei do jângal, que é a mais velha do mundo, atende a quase todos os acidentes que possam acontecer para o povo do jângal; código mais perfeito, o tempo e os costumes nunca fizeram [...] Aqui está exposta a lei do jângal / Antiga como o céu tão vera, / O lobo que a transgride por certo sucumbe / O lobo que a respeita por certo prospera / A lei vai para trás e para diante / Como em torno do tronco, a se enroscar, a liana / Ouve: a força do grupo reside no lobo / Como a força do lobo do grupo dimana / Enfim são estas as leis numerosas / Do Jângal. E potentes elas soem ser / Mas a cabeça, e o casco dessa lei, e a anca / E a bossa estão numa palavra: obedecer. (DE DECCA, 1995, 15-16).

Com essas leis, tanto personagem que vive na selva como o leitor urbano aprendem: “No jângal de Kipling os homens não serão bons e

humanos; principalmente, se estiverem livres das convenções. Sem o Leviatã, tornam-se vazios, solitários e brutos.” (DE DECCA, 1995, 17).

No segundo caso, De Decca interpreta a obra como uma metáfora da grande cidade, onde o homem civilizado perde seus valores morais em nome de bens materiais e econômicos, encontrando apenas o vazio de si mesmo e a solidão. A Londres do século XIX está metamorfoseada na selva de Josef Conrad, e o homem moderno, com sua angústia, sua solidão e seu medo, tem em Kurtz seu próprio paradigma, porque em profunda tristeza percebe que sua ânsia de expansão só terminará quando todos estiverem destruídos.

Ao invés de contemplar os cenários naturais de outros continentes por si, se propondo a conhecê-los como são, os autores europeus interpretavam esses lugares por intermédio de uma lente urbana, por isso mesmo desfocada.

A ação de europeus, na África e na Ásia, causou um impacto sem precedentes, não só na sociedade europeia, mas ainda em todo o mundo. Além das transformações mais óbvias na política e na economia mundial, estabelecendo o apogeu político e econômico do império Britânico e o fim das fronteiras nacionais para o comércio entre as nações, e a disseminação da cultura cristã ocidental com os trabalhos de diversos missionários, o imperialismo trouxe ao cidadão europeu o contato direto com o universo cultural africano e oriental, influenciando a arte, a cultura e as ciências humanas e sociais. Nas situações cotidianas, a curiosidade pelo outro, subentendido como não europeu e não civilizado, se refletiu no crescente interesse em viajar a outros países para conhecer culturas exóticas.

Interessado no resultado do imperialismo para os povos colonizados e nas relações entre o Ocidente metropolitano e seus territórios ultramarinos, Edward Said estuda diversas obras culturais produzidas pelos países imperialistas, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, focalizando sua análise no discurso sobre a superioridade ocidental em relação à inferioridade do outro. Nesse processo, o colonizado pouquíssimas vezes fora percebido como um ser humano possuidor de direitos para se autogovernar e autorepresentar. Ao se debruçar sobre o colonizado, Said encontrou, no final do século XX, diversas formas de resistência na inclusão dessas vozes dentro dos discursos sobre a cultura mundial.

Vale ressaltar que uma visão reducionista tem a tendência de constatar na literatura de aventura apenas uma visão ideológica, a qual enaltece o imperialismo e o colonialismo europeu, ao mesmo tempo que dissemina valores preconceituosos e racistas, quando se refere aos habitantes dos países não europeus, considerados selvagens, exóticos e não civili-

zados. Outros críticos tentem ainda a detectar nestas obras “[...] uma subcultura microburguesa escapista, alienante e massificada, apostada em reduzir os efeitos da anomia resultante do nascimento da nova sociedade industrial.” (RÊGO; CASTELO-BRANCO, 2003). Tais críticas se desmoronam com o conhecimento básico dos clássicos desse gênero, nos quais se destaca a presença de alguns heróis oriundos dos povos colonizados e de outros considerados fora-da-lei.

As desgraças, a destruição e o sofrimento resultante de duas guerras mundiais acabaram com o gosto por arriscar-se apenas pelo desejo de novas aventuras. Ao mesmo tempo, a ausência de “espaços em branco” nos mapas, causada pela total conquista do homem por sobre todos os espaços geográficos, sejam os mares, os desertos, as geleiras e as selvas deste planeta, ajudou a diminuir a produção da literatura de aventuras. Como consequência, novas fronteiras foram idealizadas como cenários para os romances, permitindo a exploração em lugares desconhecidos onde ainda se pode encontrar o diferente e o exótico, como o espaço sideral ou o mundo fantástico.

REFERÊNCIAS

DE DECCA, Edgar S. Literatura, modernidade e história. **Rua**. Campinas, n. 1, p. 7-35, 1995.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu: 1800-1900**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINTO-CORREIA, João David. Paraliteratura: da acção ao sentimento. In: RÊGO, Manuela; CASTELO-BRANCO, Miguel. **Antes das playstations: 200 anos do romance de aventuras em Portugal**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. Disponível em: <<http://purl.pt/301/1/xpo/docs/joao-d-p-correia.doc>>. Acesso em: 21 nov. 2006.

PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã-Bretanha durante o século XVIII. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 15-29, jan./jun. 2007.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.